

privados, a aceleração que ocorreu ao nível do crédito hipotecário (ainda assim, com um crescimento moderado de 3%) foi insuficiente para anular os efeitos da queda ao nível do crédito ao consumo.

Ao nível do crédito a empresas, assistiu-se a uma estagnação, quer em termos de stock, quer em termos de nova produção. Ao longo do período, os spreads de crédito alargaram.

Os recursos de clientes cresceram de forma muito moderada, com um crescimento marginal dos depósitos a prazo a anular a redução dos DOs (reflectindo a subida das taxas de juro passivas), enquanto as aplicações em fundos de investimento caíram, num quadro de desvalorização dos mercados accionistas. Os recursos fora de balanço subiram, em especial os seguros financeiros.

O gap de liquidez do sistema aumentou ligeiramente, fruto também desta recomposição de recursos de clientes, mas o financiamento nos mercados monetários internacionais reduziu-se para cerca de metade, depois de um mínimo observado em Abril/Maio, quando do pico de tensão nos mercados financeiros.

A qualidade da carteira de crédito do sistema continuou a deteriorar-se, em especial ao nível do crédito ao consumo (com um efeito de base, visto o stock de crédito se ter reduzido), e ao nível das empresas, neste caso em especial ao nível da construção e indústria transformadora.

O agravamento dos rácios de incumprimento no hipotecário foi muito menor, devido aos baixos níveis das taxas de juro, que compensaram os efeitos da subida do desemprego.

Fundos de Investimento

O ano de 2010 foi caracterizado por um ano de grande instabilidade nos mercados financeiros, nomeadamente marcado pelos seguintes temas:

- Risco soberano nas economias periféricas europeias, nomeadamente o resgate à economia grega e irlandesa;
- Sustentabilidade da UE e moeda única através do possível alastramento do risco soberano as outras economias, nomeadamente Portugal e Espanha;
- Sustentabilidade do crescimento económico global e recuperação da economia norte-americana;
- Intervenção dos Bancos Centrais através da injeção de liquidez;
- Regulação do sistema financeiro e consequentes impactos.

Todos estes factores contribuíram para uma forte aversão ao risco por parte dos investidores com natural impacto na procura por instrumentos financeiros como os Fundos de Investimento.

Embora tenha assinalado uma redução dos seus activos sob gestão, a Santander Asset Management, ao nível de Fundos de Investimento Mobiliário, terminou o ano de 2010 como a 3ª maior sociedade gestora de Fundos de Investimento Mobiliários em Portugal. Para tal contribuíram as seguintes medidas: i) dinamização da gama actual de produtos com foco nos fundos de valor acrescentado para o cliente; ii) lançamento de novos fundos de investimento com baixo risco e com estratégias activas de investimento.

Nos Fundos de Investimento Imobiliário, o ano de 2010 foi caracterizado pela gestão activa de património através da promoção da ocupação de imóveis devolutos (redução em cerca de 15%) e da promoção de projectos imobiliários.



Gestão de Patrimónios e Fundos de Pensões

As carteiras sob gestão registaram um aumento de volume de cerca de 7%, beneficiando da visão conservadora adoptada ao longo do ano, com foco no controlo de risco.

Os Fundos de Pensões, geridos pela Santander Pensões durante o ano de 2010 registaram uma descida de activos sob gestão na ordem dos 5,94%, situando-se agora nos 1.315 milhões de euros.

Governo Societário

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais

1. O capital social da sociedade é detido quase na totalidade pelo Banco Santander Totta SA e este directamente pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA , esta última sociedade é directamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,848%.

Por sua vez a Sociedade Santusa é totalmente dominada pelo Banco Santander SA que, assim, é, indirectamente dominante da Santander Pensões-SGFP..

Esclarece-se que a percentagem de capital detida pelo Banco Santander Totta na Sociedade Santander Gestão de Activos é de 99,733%, sendo o restante capital representado por acções detidas pela própria sociedade

2. As acções representativas do capital são todas das mesmas espécies e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo.

A transmissão de acções entre accionistas é livre. A transmissão de acções a terceiros é limitada pelo direito estatutário de preferência a favor dos accionistas, conferido e regulado no artigo sexto do contrato de sociedade.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade

3. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem acções.

Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito de, pelo menos, cem acções na sociedade ou desde o oitavo dia anterior à data de realização da mesma.

4. Uma vez que o capital está concentrado na titularidade de um único accionista, não existem, naturalmente, acordos parassociais.
5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e um Fiscal Único.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo art. 407º, nº 4, do CSC.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação do Banco. Reúne mensalmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projectos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.

Tem-se como objectivo permanente a racionalização e uniformização dos serviços operacionais e técnicos de suporte à Rede Comercial.

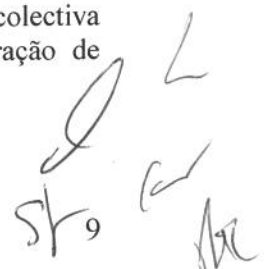
7. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista do Banco ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

No âmbito do normal exercício da actividade bancária, nas suas diversas componentes, há, contudo, contratos que conferem à contraparte o direito de os resolver na eventualidade de ocorrer a mudança de controlo accionista do Banco, em linha com o que é corrente e comum na prática bancária.

Doutra parte, não existem acordos que confirmam aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

8. Preparação e Divulgação da Informação Financeira

O objectivo do ambiente de controlo interno é o de estabelecer e promover uma atitude colectiva de forma a atingir um efectivo controlo interno dos estados financeiros e a elaboração de demonstrações financeiras credíveis.



A Direcção de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão é responsável pela preparação e divulgação da informação financeira. Esta direcção acompanha o lançamento de novos produtos, as alterações dos normativos financeiros e contabilísticos e a publicação de novas normas.

Na preparação da informação financeira esta direcção tem implementado diversos procedimentos de controlo, nomeadamente, controlos de carteiras diários, processos de reconciliação de contas manuais, parametrização de produtos e operações e análise da informação financeira e de gestão.

São preparados reportes de informação financeira que servem de base para a elaboração de relatórios internos que são analisados pela Comissão Executiva, relatórios oficiais e relatórios anuais e semestrais.

Participações sociais

Em 31 de Dezembro de 2010, a Sociedade Santander Gestão de Activos, SGPS, SA detinha as seguintes participações:

Designação	Participação	Resultados Líquidos de 2010
Santander Asset Management,SGFIM	100%	6.331.346,28
Santander Pensões,SGFP	100%	1.136.685,21

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício, no montante, de 22.921,04 €, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados: 22.921,04 €

Notas finais

O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram directa ou indirectamente para os resultados verificados, nomeadamente:

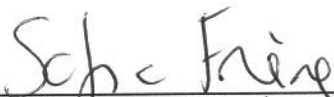
- Às entidades de supervisão, nomeadamente o Banco de Portugal, pelo apoio prestado nas frequentes relações mútuas;
- Aos órgãos sociais da empresa, revisores oficiais de contas e auditores externos, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções;
- Aos colaboradores da empresa pela sua dedicação e esforço.

Lisboa, 31 de Março de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Dr. João Paulo de Moura Bouça de Morais (Presidente)



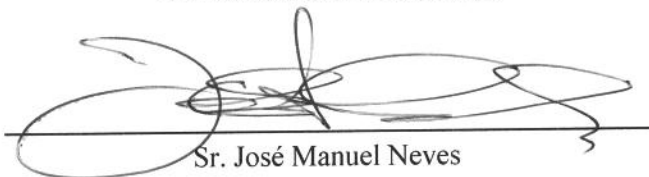
Dra. Sofia Luísa Corrêa Henriques Cardoso de Menezes Frère



Dr. Luis Alberto Coutinho Cameira



Dr. Ricardo Tomás Lourenço



Sr. José Manuel Neves